

Termo de Referência 34/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	MARIANA LOPES HOHMANN CLARO	22/07/2025 12:17 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis		36/25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 36/25)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de máquina de multi-bebidas (café curto, café longo, café com leite, leite, cappuccino, chocolate, moccaccino, água quente, chocaleite), para a Câmara Municipal de Tremembé, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (p/ 12 meses)	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para locação, instalação e manutenção preventiva e corretiva de máquinas de bebidas quentes, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à sua execução, e fornecimento de insumos necessários para o seu consumo final (Café, Leite, Chocolate e Cappuccino), conforme subitem 3.3 e seguintes deste Termo.	20648	Unidade	2		

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

1.3. As empresas proponentes ficam cientes de que foi adotado código do item do Catálogo de Compras do Governo Federal (CATSER) mais semelhante ao objeto, devendo ser ofertado produto compatível com a especificação completa deste Termo de Referência (TR).

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogáveis, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do serviço de locação de máquina de multi-bebidas se faz necessária para atender de forma contínua e eficiente às demandas operacionais da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos vereadores, servidores e demais colaboradores. A disponibilização de bebidas quentes — como café, cappuccino, chocolate, leite e outras opções — por meio de equipamento automático promove conforto, acolhimento e funcionalidade no ambiente institucional, especialmente durante sessões legislativas, reuniões, audiências públicas e atividades administrativas.

2.2. A contratação será realizada com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que permite a **dispensa de licitação para contratos com valor inferior a R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)** para serviços, desde que devidamente justificada a necessidade e observadas as exigências legais. O procedimento observará ainda os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, conforme preceituado nos arts. 11 e 12 da referida Lei, bem como será instruído com os elementos exigidos pelo art. 72 da mesma norma, incluindo estimativa de preços, justificativas técnicas e demonstração da previsão orçamentária.

2.3. O objeto da presente contratação encontra-se **previamente incluído no Plano Anual de Contratações – PAC 2025**, conforme determina a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019**, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e que serve como diretriz para os demais entes da federação. Essa previsão demonstra o planejamento prévio da Administração e reforça a aderência da contratação aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e controle, conforme estabelecido na legislação vigente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução contratada tem como objetivo a locação de máquinas de multi-bebidas para a Câmara Municipal de Tremembé, atendendo à demanda dos vereadores e funcionários da

instituição. A locação das máquinas de bebidas deve abranger todas as fases do ciclo de vida do objeto, conforme detalhado abaixo:

3.1.1. Aquisição e Instalação: A empresa contratada se responsabilizará pela entrega e instalação gratuita das máquinas, com a verificação prévia da infraestrutura necessária (voltagem, tomadas e instalações hidráulicas), de modo a garantir a perfeita instalação do equipamento. O processo de instalação deverá ser realizado imediatamente após a assinatura do contrato, com total conformidade às especificações descritas no Termo de Referência.

3.1.2. Manutenção Preventiva e Corretiva: Durante a vigência do contrato, a empresa contratada deverá garantir a manutenção preventiva das máquinas de forma periódica, bem como atender prontamente a solicitações de manutenção corretiva, em caso de defeitos ou falhas no funcionamento. A manutenção deverá ser realizada sem custos adicionais para a Câmara Municipal de Tremembé, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos durante toda a vigência contratual.

3.1.3. Substituição de Peças e Reparos: Caso seja necessário substituir peças das máquinas, a empresa contratada será responsável por realizar as trocas sem custos adicionais para o contratante. Todos os reparos, substituições ou ajustes que se fizerem necessários durante a execução do serviço deverão ser realizados no prazo máximo de 24 horas após a solicitação.

3.1.4. Garantia dos Serviços: A empresa contratada deverá oferecer uma garantia mínima de 12 meses para os serviços prestados, incluindo a instalação, manutenção e reparos. Esta garantia assegura que o serviço será executado de acordo com as especificações acordadas, com a empresa assumindo a responsabilidade por quaisquer falhas durante o período contratual.

3.1.5. Desativação e Desinstalação: Ao final da vigência do contrato, a empresa contratada deverá realizar a desinstalação das máquinas, caso o contrato não seja renovado, sem custos para o contratante, devolvendo o espaço utilizado à Câmara Municipal de Tremembé em condições adequadas e conforme as normas estabelecidas.

3.2 A solução contratada contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, assegurando que a máquina de multi-bebidas seja mantida em perfeito estado de funcionamento durante todo o período de locação, garantindo a qualidade e a continuidade do serviço prestado à Câmara Municipal de Tremembé.

3.3. Das características dos equipamentos:

3.3.1. As máquinas deverão fornecer bebidas quentes, sistema "self-service", utilizando insumos solúveis para o fornecimento de 6 (seis) tipos de bebidas dentre elas: Café curto, café longo, Leite, Leite com chocolate, Mocaccino e Capuccino, com, no mínimo 5 (cinco) reservatórios, sendo uma para cada produto: Café, Leite, Chocolate e Cappuccino.

Especificações Técnicas do Objeto

3.3.1 A máquina multibebidas a ser fornecida em regime de locação deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações:

a) Capacidade de fornecimento de bebidas quentes (como café, café com leite, chocolate quente, cappuccino, mocaccino, chá, entre outros), com operação automatizada por botões ou display eletrônico;

- b) Possuir reservatórios internos para os insumos sólidos (como café solúvel, leite em pó, achocolatado, etc.), com capacidade compatível ao uso médio diário estimado pela Administração;
- c) Ser equipada com **sistema de abastecimento de água diretamente ligado à rede hidráulica da edificação pública**, com entrada compatível (bitola padrão) e **acompanhada de sistema de filtragem de água**;
- d) A máquina deverá **dispensar o uso de galões de água**, sendo vedado o fornecimento de modelos cujo abastecimento de água ocorra exclusivamente por meio de galão;
- e) Conter sistema de aquecimento interno, garantindo temperatura adequada para bebidas quentes, com controle automático;
- f) Ser provida de bandeja coletora removível, fácil de higienizar;
- g) Possuir sistema de detecção de falta de insumos e água, com alertas visuais e/ou sonoros;

3.3.1.1 A empresa contratada deverá providenciar, sem custos adicionais:

- a) Instalação técnica no local;
- b) Manutenção corretiva e preventiva;
- c) Fornecimento de eventuais peças e assistência técnica;
- d) Desinstalação ao final do contrato.

3.3.1.2. A mangueira de sucção de água deve ser produzida com material atóxica e deverá ser substituída a cada intervalo de 04 (quatro) meses.

3.3.1.3. Possuir todas as fases de preparação das bebidas automatizadas, eliminando qualquer contato manual, com exceção dos açúcares/adoçantes.

3.3.1.4. Fornecer automaticamente no momento da entrega os ingredientes (insumos), por estes estarem acondicionados em compartimentos fechados próprios das máquinas.

3.3.1.5. Deverá ser fixado a tabela nutricional de cada produto/insumo na parte externa da máquina, contendo no mínimo a quantidade de calorias por dose de cada bebida.

3.4. Da execução dos serviços

3.4.1. O serviço de locação compreenderá:

- a) O fornecimento e instalação dos equipamentos, incluído prévia orientação técnica para preparação dos pontos de instalação hidráulico e elétrico.
- b) Treinamento para a equipe, compreendendo copeiras e servidores, se necessários.
- c) Manutenção preventiva, em intervalos periódicos, de acordo com as especificações do fabricante dos equipamentos, com fornecimento e substituição de peças e acessórios na quantidade, qualidade e especificações necessárias para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

d) Manutenção corretiva, assistência técnica permanente e integral, com fornecimento e substituição de peças e acessórios na quantidade, qualidade e especificações necessárias para o perfeito funcionamento do equipamento, com atendimento à solicitação de assistência técnica em até 4 horas a contar do chamado técnico.

e) Substituição do equipamento por outro equivalente, em até 24 horas, quando for constatado defeito intermitente ou problema que a assistência técnica não consiga resolver.

3.5. Do fornecimento dos insumos para consumo

3.5.1. O fornecimento dos insumos abaixo descritos será em entrega única para uso imediato dos equipamentos como forma de teste e pesquisa de demanda do consumo do órgão, conforme a quantidade e especificação abaixo:

Item	Descrição	Unidade de especificação	Quantidade
1	Café torrado em grãos tipo expresso pacote 1kg - de alta qualidade e pureza, de classificação "gourmet", com grãos 100% tipo arábica, para preparo cm máquina de café tipo expresso. Em embalagem lacrada com especificações do produto e informações sobre o fabricante. Com no mínimo 70% do prazo de validade não decorrido.	KG	50
2	Mistura para preparo de bebida láctea cremosa, sabor leite, pacote com 1 Kg, SEM AÇÚCAR , específico para uso em máquinas tipo automática. Rendimento mínimo de 105 doses de 100 ml cada, para 1 KG de produto, sendo que esta informação deverá constar do rótulo do produto. Em embalagem lacrada com especificações do produto e informações sobre o fabricante e tabela nutricional. Com no mínimo 70% do prazo de validade não decorrido.	KG	100
3	Mistura para preparo de bebida láctea cremosa, sabor Cappuccino com Canela , pacote com 1 Kg, específico para uso em máquinas tipo automática. Rendimento mínimo de 50 doses de 100 ml cada, para 1 KG de produto, sendo que esta informação deverá constar do rótulo do produto. Em embalagem lacrada com especificações do produto e informações sobre o fabricante e tabela nutricional. Com no mínimo 70% do prazo de validade não decorrido	KG	100
4	Mistura para preparo de bebida láctea cremosa, sabor Chocolate, pacote com 1 Kg , específico para uso em máquinas tipo automática. Rendimento mínimo de 100 doses de 100 ml cada, para 1 KG de produto, sendo que esta informação deverá constar do rótulo do produto. Em embalagem lacrada com especificações do produto e informações sobre o fabricante e tabela nutricional. Com no mínimo 70% do prazo de validade não decorrido	KG	100
5	Serviço de locação (p/ 12 meses) - Máquina Multibebidas (tipo "vending machine") - vide item 1.1 deste TR.	Unidade	2

3.5.2. Os itens 1 a 4 serão entregues em parcela única, no ato da entrega das máquinas multibedidas, e **deverão ter os custos/valores integrados ao valor previsto para a locação das máquinas (item 5).**

3.5.3. As quantidades informadas de insumo entregues juntamente com as máquinas serão utilizadas para teste dos equipamentos, bem como, para estudos da demanda de consumo da Câmara Municipal de Tremembé.

3.5.4. A quantidade de insumos informada compreende o consumo estimado para 11 (onze) vereadores, bem como autoridades, colaboradores e servidores do órgão.

3.5.5. A marca do café deve possuir Certificado emitido por associações, em plena validade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente mencionados na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Ambiental: A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, como a redução de consumo de recursos naturais e a destinação correta de resíduos.

4.1.2. Social: A contratada deverá garantir o cumprimento das normas trabalhistas e evitar práticas discriminatórias ou de trabalho infantil.

4.1.3. Econômico: A contratada deverá aplicar práticas que promovam a eficiência e a redução de custos operacionais, sem comprometer a qualidade dos serviços.

4.1.4. Cultural: A contratada deverá respeitar a diversidade cultural e as práticas locais durante a execução dos serviços.

4.2. Esses requisitos estão alinhados com o **Plano Diretor de Logística Sustentável** e com as diretrizes da **Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 2021**, visando garantir o desenvolvimento sustentável no processo de contratação.

Da Não Exigência de Marcas ou Modelos

4.3. Na presente contratação, não será exigida a indicação de marcas, características ou modelos específicos para a execução dos serviços de locação da máquina de multi-bebidas.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não se aplica.

Da Não Exigência de Garantia da Contratação

4.5. Na presente contratação, não haverá exigência de garantia de execução do contrato, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. A dispensa da exigência de garantia foi

escolhida, considerando a natureza do serviço a ser contratado, a baixa complexidade do objeto e a inexistência de risco significativo para o não cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.6.1. A vistoria poderá ser realizada antes do envio das propostas desde que programada anteriormente.

Da Vedação à Subcontratação

4.7. **É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação**, sendo obrigatória a execução direta e integral pela empresa contratada, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.7.1. A vedação fundamenta-se na natureza do objeto, que envolve a **locação de máquinas com fornecimento de insumos e manutenção técnica contínua**, com prazos rígidos de atendimento e substituição, além da necessidade de controle direto da contratada sobre a prestação dos serviços.

4.7.2. A execução direta assegura o atendimento aos princípios da **responsabilidade objetiva do contratado, eficiência, continuidade e controle pela Administração**, em conformidade com o disposto nos **arts. 11, 12 e 40, §1º, inciso III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

4.7.3. A eventual verificação de subcontratação em desacordo com esta cláusula sujeitará a empresa contratada às **penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente**, inclusive **rescisão contratual por inexecução contratual**, nos termos do **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**.

Da Margem de Preferência

4.8. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência normal ou adicional, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pela Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais aptos a receber tais margens. Portanto, não será aplicada margem de preferência nesta contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da data da assinatura do contrato;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. As máquinas multibebidas e os insumos deverão ser entregues na Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, sito à Rua Senhor Bom Jesus, números 123 e 145, Centro, Tremembé/SP, CEP: 12120-029, no horário compreendido entre as 08:00h às 17:00h.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, incluindo verificação das tomadas existentes, voltagem, instalações hidráulicas extras se necessário e local de instalação, promovendo substituições quando necessárias.

5.4. Executar os serviços conforme especificações desta Dispensa de Licitação e de sua proposta.

5.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal de contratos, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.6. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada do decorrer da prestação de serviço.

5.7. Manter durante toda vigência contratual inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação.

5.8. Não permitir, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância da Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99.

5.9. Não integrar no corpo social, nem no quadro funcional empregado público ou membro comissionado de cargo direto ou indireto da Administração Municipal.

5.10. Executar integralmente os serviços previsto nesta Dispensa.

5.11. Executar todos os serviços conforme legislação vigente e normas emitidas pelos órgãos técnicos.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

- a) Instauração de processo de renovação contratual ou;
- b) Instauração de processo de contratação do mesmo objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.11. No caso de instrumento equivalente a fiscalização será acompanhada pelo setor requisitante do objeto.

6.12. Constituem atividades a serem exercidas pelo fiscal:

a) Acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando à unidade responsável pela gestão de contratos do setor requisitante, aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;

b) Recepcionar, conferir e atestar da contratada os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e nas exigências da Secretaria Municipal da Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

- c) Verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- d) Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- e) Consultar a unidade requisitante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;
- f) Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
- g) Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

Gestão

6.13. Constituem atividades de gestão dos contratos:

- a) Acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços;
- b) Ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- c) Fazer constar do processo administrativo correspondente as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;
- d) Executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente;
- e) Expedir a(s) Ordem(ns) de Serviço(s);
- f) Garantir acesso do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, visando subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;
- g) Verificar e aprovar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação exigida como condição de assinatura do contrato, bem como mantê-la atualizada;
- h) Atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- i) Manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente, em tempo hábil, a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;
- j) Dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade requisitante do serviço e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- l) Verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e nas exigências da Secretaria Municipal da Fazenda para liquidação e pagamento;

- m) Verificada a existência de qualquer infração contratual, constatada pelo gestor ou unidade gestora, ou apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;
- n) Apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;
- o) Executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada;
- p) Emitir, quando solicitado, as declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, consultado o fiscal do contrato;
- q) Repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo plano de contratações anual;
- r) Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: vigência, objeto e atendimento aos demais itens deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo(s) responsável(is) por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da comunicação escrita da Contratada. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Art 117, inciso I, alínea “a” do Decreto Municipal nº 64, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação escrita oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. Para fins de recebimento provisório a contratada deverá apresentar Relatório dos serviços realizados como condição para o recebimento provisório.

7.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências editalícias e contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- b) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- c) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- d) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências editalícias e contratuais.
- e) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- g) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. O pagamento do preço pactuado será efetuado em parcelas mensais, de acordo com os serviços e insumos efetivamente prestados e entregues, mediante emissão do termo de recebimento definitivo.

7.13. O(s) contratado(s) apresentará(ão) ao Órgão Requisitante a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço referente à execução efetuada.

7.14. Para fins de liquidação, o Órgão Requisitante deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados após a comprovação do fornecimento do objeto, nas condições exigidas, bem como, após a aprovação dos respectivos documentos fiscais pelo Órgão Fiscalizador.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-FIPE de correção monetária.

7.18. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de boleto bancário, a ser emitido pelo contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. Multa:

- 8.3.1. **Moratória**, para as infrações descritas no item "d" (**retardamento da execução ou da entrega do objeto**), de **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.
- 8.3.2. **Moratória** de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 8.3.3. O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.3.4. **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" (**documentação falsa, ato fraudulento, inidoneidade, fraude**), de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- 8.3.5. **Compensatória**, para a **inexecução total do contrato** prevista acima na alínea "c", de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 8.3.6. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea "b" (**inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo**), de **3% (três por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação.
- 8.3.7. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d" (**retardamento da execução ou entrega**), de **1% (um por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a" (**inexecução parcial do contrato**), de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3.9. Inexecução parcial do serviço contratado, quando não atendido o cronograma de execução e causando atraso na entrega ou na instalação da máquina de multi-bebidas, podendo resultar em penalidade de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, conforme a gravidade da infração.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A modalidade adotada para referida contratação será Dispensa de Licitação Eletrônica, com base legal no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A prestação de serviço não gera vínculo administrativo entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre as partes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.3.1. A proposta de preços deverá considerar o período para a prestação dos serviços por 12 (doze) meses.

Regime de Execução

9.4. O regime de execução do contrato será indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.5.1. Habilitação jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.5.1.1. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.5.1.2. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.5.1.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006 e suas alterações posteriores, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5.3 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); 11.7.

9.5.4 Qualificação Técnica

9.5.4.1. Nos termos do **art. 67, caput**, da **Lei nº 14.133/2021**, será exigido, como requisito de habilitação, **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou serviços de natureza pertinente e compatível em características com o objeto ora contratado, ou seja, **locação de máquina de multi-bebidas com fornecimento de insumos, assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva**.

9.5.4.2. Tal exigência encontra fundamento no **art. 67, §1º, inciso I**, da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública requerer documentação que comprove aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto licitado, visando garantir a adequada e segura execução do contrato.

9.5.4.3. A apresentação do atestado de capacidade técnica atende ainda ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto no **art. 11, caput**, da Lei nº 14.133/2021, e aos princípios da eficiência, economicidade e gestão de riscos estabelecidos no **art. 5º, incisos I e II**, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017**, no que se refere à mitigação de falhas contratuais e à promoção de resultados eficazes nas contratações públicas.

9.5.4.4. O **atestado de capacidade técnica** deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome ou razão social da empresa atestada;
- b) Identificação completa da entidade ou empresa emitente (razão social, CNPJ, endereço e assinatura do responsável);
- c) Descrição clara e objetiva do serviço executado, evidenciando compatibilidade com o objeto deste Termo de Referência;
- d) Indicação do período de execução do serviço (datas de início e fim ou vigência contratual);
- e) Escopo quantitativo ou escala da execução, sempre que possível;
- f) Declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

9.5.4.5. O atestado deverá ser apresentado em **papel timbrado**, devidamente **assinado e datado**, e poderá ser objeto de verificação e diligência pela Administração, conforme previsto no **art. 63, §1º**, da **Lei nº 14.133/2021**, a fim de aferir sua veracidade e autenticidade.

Da Formalização da Proposta

9.6. A proposta apresentada em papel timbrado da empresa, assinada pelo representante e terá que estar de acordo com as especificações estabelecidas nesta Dispensa.

9.7 Na proposta deverá estar incluso o valor mensal e total dos serviços (e fornecimento de insumos), já com todas as taxas e tributos incluídos.

9.7. Deverá constar o prazo de vigência da proposta.

9.8. Deverá ser apresentado na proposta todo o descritivo do serviço a ser realizado, em conformidade com esta Dispensa.

Disposições gerais sobre habilitação

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.12. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.12.6.1. ata de fundação;

9.12.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.12.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.12.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.12.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.12.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.12.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da presente dispensa será definido com base nas propostas apresentadas pelos licitantes durante a disputa eletrônica, em conformidade com o disposto no §4º do artigo 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que autoriza a estimativa de preços concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa para contratações de pequeno valor, com fundamento no inciso I do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, será aferido com base nas cotações formalizadas pelos fornecedores durante o certame, tomando por referência os valores unitários e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório, pelo prazo de 12 (doze) meses.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O presente contrato onerará da seguinte dotação orçamentária, para este exercício:

02 – PODER LEGISLATIVO

ÓRGÃO.....: 51 GABINETE DA PRESIDENCIA

UNIDADE.....: 01 GABINETE DA PRESIDENCIA

01.031.0070.2148 Manutenção das Atividades Relacionadas ao Presidente

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídicas

3.3.90.39.12 Locação de Máquinas e Equipamentos

11.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Tremembé/SP para o Exercício.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Transparência das Informações

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, estando, portanto, sujeitas à publicidade e ao princípio da transparência previstos na Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação). A Administração Pública compromete-se a garantir o acesso às informações, conforme estabelecido pela referida legislação e pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022.

Avaliação de Classificação de Sigilo

12.2. Caso a Administração considere necessário, poderá avaliar a pertinência de classificar qualquer informação do Termo de Referência conforme os dispositivos da Lei nº 12.527/2011 e as disposições previstas no artigo 10 da Instrução Normativa nº 81, de 2022, que regula o tratamento de informações públicas e sigilosas.

Obrigações Pertinentes à LGPD

12.3 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.3.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.3.3. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

12.3.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.3.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.3.6. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.3.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.3.8. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Alterações e Revisões

12.4. Este Termo de Referência poderá ser alterado, a qualquer tempo, para adequação a novos dispositivos legais, regulamentações ou necessidades da Administração Pública, sendo as alterações formalmente publicadas e comunicadas aos participantes do processo de contratação direta.

Aceitação do Termo de Referência

12.5. Ao apresentar sua proposta, o interessado declara que leu, entendeu e aceita todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, comprometendo-se a cumprir integralmente as disposições aqui previstas.

Tremembé, 26 de junho de 2025.

Douglas Marcelo da Silva - Oficial Legislativo/Compras

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Dispensa Eletrônica nº 90010/2025*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS MARCELO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/07/2025 às 12:17:40.

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Agente de contratação